



Dracena II Parque Solar S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Dracena II Parque Solar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Dracena II Parque Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Dracena II Parque Solar S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Dracena II Parque Solar S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 27 de março de 2026

A handwritten signature in cursive script that reads 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE003292/F-9

Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP247874/O-3

Conteúdo

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais	12
3 Gerenciamento de riscos	19
4 Caixa e equivalentes de caixa	20
5 Depósitos vinculados	21
6 Contas a receber de clientes	21
7 Imobilizado	22
8 Fornecedores	23
9 Ativo de direito de uso e Obrigações com arrendamentos	23
10 Patrimônio líquido	23
11 Receita líquida de vendas	24
12 Custos operacionais	25
13 Despesas gerais ou administrativas	25
14 Resultado financeiro	25
15 Partes relacionadas	26
16 Instrumentos financeiros	26
17 Imposto de renda e contribuição social correntes	26
18 Contingências	27
19 Eventos subsequentes	27

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.961	8.507
Depósitos vinculados	5	9.287	9.052
Contas a receber de clientes	6	1.792	1.637
Outros créditos		206	205
Total do Ativo Circulante		24.246	19.401
Outros créditos		—	64
Realizável a longo prazo		—	64
Imobilizado	7	61.807	65.455
Direito de uso	9	4.296	4.601
Intangível		21	29
		66.124	70.085
Total do Ativo Não Circulante		66.124	70.149
Total do Ativo		90.370	89.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	8	3.974	1.009
Dividendos a pagar	15	803	2.522
Obrigações fiscais		127	124
Imposto de renda e contribuição social	17	180	178
Obrigações trabalhistas		—	15
Outras contas a pagar		77	307
Obrigações com arrendamentos	9	111	100
Total do Passivo Circulante		5.272	4.255
Obrigações com arrendamentos	9	4.886	4.632
Total do Passivo Não circulante		4.886	4.632
Passivo Total		10.158	8.887
Patrimônio líquido	10		
Capital social		63.048	63.048
Reserva legal		3.128	2.662
Reserva de lucros a distribuir		14.036	14.953
Total do Patrimônio Líquido		80.212	80.663
Total do Passivo e Patrimônio líquido		90.370	89.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	11	15.895	17.183
Custos operacionais	12	(5.944)	(4.943)
Lucro bruto		9.951	12.240
Despesas gerais ou administrativas	13	(435)	(1.015)
Outras receitas (despesas) operacionais		378	(2)
Despesas operacionais		(57)	(1.017)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		9.894	11.223
Receitas financeiras	14	1.285	444
Despesas financeiras	14	(811)	(430)
Resultado financeiro		474	14
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		10.368	11.237
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.038)	(619)
Lucro líquido do exercício		9.330	10.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>9.330</u>	<u>10.618</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>—</u>	<u>—</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	<u>—</u>	<u>—</u>
Resultado abrangente total	<u>9.330</u>	<u>10.618</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		68.436	2.131	12.888	—	83.455
Redução de capital		(5.388)	—	—	—	(5.388)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	10.618	10.618
Destinação do Lucro						
Reserva legal	10	—	531	—	(531)	—
Dividendos obrigatórios	10	—	—	—	(2.522)	(2.522)
Dividendos adicionais distribuídos	10	—	—	(5.500)	—	(5.500)
Reserva de lucros a distribuir	10	—	—	7.565	(7.565)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		63.048	2.662	14.953	—	80.663
Lucro líquido do exercício		—	—	—	9.330	9.330
Destinação do Lucro						
Reserva legal	10	—	466	—	(466)	—
Dividendos obrigatórios	10	—	—	—	(2.217)	(2.217)
Dividendos adicionais distribuídos	10	—	—	(7.564)	—	(7.564)
Reserva de lucros a distribuir	10	—	—	6.647	(6.647)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		63.048	3.128	14.036	—	80.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		9.330	10.618
Ajustes para:			
Depreciação	7	3.824	3.068
Amortização de direito de uso	9	217	231
Juros sobre arrendamentos	9	374	363
Imposto de renda e contribuição social	17	1.038	619
Resultado da baixa de Arrendamento	9	463	—
Outros		8	(132)
		15.254	14.767
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(155)	668
Outros créditos		70	(24)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		—	(17)
Fornecedores		2.965	865
Obrigações trabalhistas		(15)	15
Obrigações fiscais		(195)	(97)
Outras contas a pagar		(229)	306
Caixa gerado pelas atividades operacionais		17.695	16.483
Impostos pagos sobre o lucro	17	(838)	(559)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.857	15.924
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos vinculados	5	(235)	(9.052)
Aquisição de imobilizado	7	(176)	(22)
Aquisição de intangível		—	(24)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(411)	(9.098)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos a acionistas	10	(11.500)	(5.500)
Redução de capital		—	(5.388)
Arrendamentos pagos	9	(492)	(457)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(11.992)	(11.345)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.454	(4.519)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	8.507	13.026
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	12.961	8.507
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		4.454	(4.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Dracena II Parque Solar S.A. ("Companhia"), foi constituída em 04 de março de 2015, e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte solar denominado UFV Dracenas II; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 27MW de capacidade instalada, está localizado em Dracena (SP) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 24 de agosto de 2019. A Companhia firmou em 22 de julho de 2015 um Contrato de Energia de Reserva ("CER"), na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Em consonância com seu segmento de atuação, a Companhia mantém um contrato exclusivo com a CCEE, seu único cliente. As informações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, ao preço de R\$ 217,75/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA"). A partir de setembro de 2019, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia não apresentava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeira em 31 de dezembro de 2025.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)** –vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, obrigações com arrendamentos e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os componentes do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.10 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2025, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 13,48% ao ano em 31 de dezembro de 2025.

Anualmente a Administração da Companhia reavalia a taxa de desconto a ser aplicada no reconhecimento de novos contratos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "obrigações com arrendamentos" no balanço patrimonial.

2.11 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE.
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independentemente de sua geração.
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

O reconhecimento de receita ocorre pela transferência (geração) da energia elétrica para a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, momento em que há o cumprimento da obrigação de desempenho.

2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e impactos da adoção das novas normas e alterações listadas abaixo para os próximos exercícios anuais:

- (i) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board ("ISSB") – IFRS S1 e IFRS S2. A obrigatoriedade de divulgação está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026.
- (ii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 18, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 19, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.

- (iv) Reforma tributária brasileira sobre o consumo, mudanças significativas no sistema tributário nacional, a transição começará em 2026 de forma escalonada, com implementação integral em 2033.
- (v) Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações ao IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, como energia eólica, energia solar, entre outras, descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem principalmente: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

2.13 Reapresentação das demonstrações financeiras – Cifras comparativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou reclassificações nos saldos apresentados no período comparativo nas linhas de obrigações fiscais e impostos pagos sobre o lucro dos Fluxos de Caixa no montante de R\$619 para melhor apresentação.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração da Companhia estabelece um montante mínimo de posição em caixa. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, a Administração estabelece no orçamento o caixa mínimo a ser mantido na Companhia. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, pelo fato de a Companhia vender a energia gerada única e exclusivamente para a CCEE, a Administração não observa exposição ao risco de crédito.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Os principais passivos financeiros contratados são Arrendamentos.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A Administração monitora e gerencia sua exposição ao risco de mercado por meio de análises de sensibilidade e modelos de mensuração.

A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. Os arrendamentos contratados, apresentados na nota 9, possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	12.955	Baixa do CDI	12.662	12.382
Efeito no resultado	1.102		809	529
Obrigações com arrendamentos	(4.997)	Alta do IPCA	(5.096)	(5.198)
Efeito no resultado	(373)		(472)	(574)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	6	432
Aplicações financeiras	—	8.075
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	12.955	—
Total	12.961	8.507

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a (11,25% a.a em 31 de dezembro de 2024).

5 Depósitos vinculados

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos vinculados	9.287	9.052
Total	9.287	9.052

Conforme cláusulas contratuais estabelecidas em Escritura de Debêntures firmado por sua Controladora, a Companhia deve constituir depósitos vinculados mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A., mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo dados em garantia e podendo ser utilizados para liquidação de obrigações relacionadas ao contrato.

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia - terceiros	1.792	1.637
Total	1.792	1.637

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, pois por regra estabelecida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	85.911	(24.141)	61.770	65.455
Instalações	10,00 %	1	—	1	—
Benfeitorias em bens de terceiros	4,00 %	17	—	17	—
Móveis e Utensílios	6,25 %	20	(1)	19	—
Total		85.949	(24.142)	61.807	65.455

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2024	Adições	Adição Depreciação	31/12/2025
Máquinas e equipamentos	65.455	138	(3.823)	61.770
Instalações	—	1	—	1
Benfeitorias em bens de terceiros	—	17	—	17
Móveis e Utensílios	—	20	(1)	19
Total	65.455	176	(3.824)	61.807

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferências	Adição Depreciação	31/12/2024
Imobilizado Para Reposição	22	—	(22)	—	—
Máquinas e equipamentos	68.479	22	22	(3.068)	65.455
Total	68.501	22	—	(3.068)	65.455

8 Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais - Compra de energia (a)	3.943	530
Fornecedores nacionais - Serviços	31	479
Total	3.974	1.009

(a) O montante refere-se ao reconhecimento, no exercício de 2025, de ressarcimentos devidos pela Companhia em decorrência da baixa geração de energia, a serem liquidados no exercício subsequente

9 Ativo de direito de uso e Obrigações com arrendamentos

Abaixo apresenta-se a composição e a movimentação dos saldos de Ativo de direito de uso e Obrigações com arrendamentos:

(a) Ativo de direito de uso

Composição do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso	5.497	5.674
(-) Amortização direito de uso	(1.201)	(1.073)
Total	4.296	4.601
Movimentação do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Início do exercício	4.601	4.428
Remensuração	375	404
Resultado da baixa de direito de uso	(463)	—
Amortização	(217)	(231)
Final do exercício	4.296	4.601

(a) Obrigações com arrendamentos

Composição do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento de Superfície	9.552	9.310
(-) Juros a Transcorrer	(4.555)	(4.578)
Total	4.997	4.732

Passivo circulante	111	100
Passivo não circulante	4.886	4.632

Movimentação do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Início do exercício	4.732	4.554
Remensuração	375	272
Acréscimo de juros	374	363
Pagamento de parcelas (a)	(484)	(457)
Final do exercício	4.997	4.732

(a) Em abril de 2025 a Companhia efetuou antecipadamente o pagamento anual dos arrendamentos no montante de R\$492. Dessa forma, registra-se temporariamente o valor do pagamento de meses futuros em conta de despesas antecipadas e, com o passar dos meses, apropria-se em conta de obrigações com arrendamentos o valor proporcional dos meses contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava o montante de R\$484 em amortização de obrigações com arrendamentos.

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$63.048 em 31 de dezembro de 2025 (R\$63.048 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 63.047.614 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor em reais	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor em reais	Ações
TotalEnergies Dracena Participações S.A.	99,99%	63.047.613	63.047.613	99,99%	63.047.613	63.047.613
Total Eren S.A.	—%	—	—	0,01%	1	1
TotalEnergies Renewables	0,01%	1	1	—%	—	—
Total	100,00%	63.047.614	63.047.614	100,00%	63.047.614	63.047.614

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$2.217 (R\$2.522 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$466 (R\$531 em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$6.647 (R\$7.565 em 31 de dezembro de 2024).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2025 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$11.500 (R\$5.500 em 2024), conforme tabela abaixo:

Acionista	Dividendos			Dividendos pagos
	Obrigatórios 2024	Obrigatórios 2025	Adicionais 2025	
TotalEnergies Dracena Participações S.A.	2.522	1.414	7.564	11.500
Total	2.522	1.414	7.564	11.500

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía R\$2.522 em dividendos a pagar e, durante o exercício corrente, realizou a distribuição de R\$9.781 em dividendos, sendo R\$11.500 pago com efeito caixa, resultando no saldo de dividendos a pagar de R\$803 em 31 de dezembro de 2025.

11 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia elétrica	20.454	19.807
Penalidades geração (a)	(3.779)	(1.951)
PIS e Cofins sobre vendas	(728)	(673)
Outras deduções	(52)	—
Total	15.895	17.183

- (a) O valor apresentado trata-se da provisão de penalidades à CCEE da companhia, em decorrência da diferença entre a energia contratada e a efetivamente consumida, conforme cláusulas do contrato de fornecimento, incorrida no período por conta dos eventos de desligamentos da rede de transmissão de energia, definida pela ANEEL ("constrained-off"). Durante o período de 2025, a Companhia reavaliou o critério de apresentação das penalidades contratuais.

12 Custos operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(538)	(535)
Depreciação	(3.824)	(3.067)
Gastos operacionais – geração energia	(417)	(422)
Seguros	(212)	(281)
Gastos com propriedades	(217)	(231)
Gastos com manutenção	(209)	(114)
Outros custos	(527)	(293)
Total	(5.944)	(4.943)

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(326)	(759)
Tributos e contribuições	(102)	(4)
Despesas legais	(2)	(149)
Despesas com informática e telecomunicações	—	(101)
Outras despesas gerais ou administrativas	(5)	(2)
Total	(435)	(1.015)

(a) Do montante divulgado em 31 de dezembro de 2025, R\$218 referem-se a gastos com partes relacionadas, conforme divulgado na nota 15 – Partes relacionadas (R\$204 em 31 de dezembro de 2024).

14 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações	1.284	319
Outras receitas financeiras	1	125
Total	1.285	444
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(8)	(7)
Juros sobre direito de uso	(371)	(363)
Correção monetária do passivo de arrendamento	(351)	—
Outras despesas financeiras	(81)	(60)
Total	(811)	(430)
Resultado financeiro	474	14

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Passivo	803	2.522
Dividendos a pagar (a)	803	2.522
Dividendos a pagar para partes relacionadas	803	2.522
Resultado	(218)	(204)
Despesas gerais ou administrativas	(218)	(204)
Serviços tomados - pessoa jurídica (b)	(218)	(204)

(a) Nos dias 1º de março e 19 de junho de 2025, a Companhia pagou o montante de R\$2.522 a título de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro de 2024.

(b) A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2025, saldos incorridos com a Casa dos Ventos S.A. relativos a contrato de prestação de serviços administrativos, com a finalidade de gestão dos ativos e atividades de backoffice.

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Diretores não farão jus a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	12.961	12.961	8.507	8.507
Contas a receber de clientes	1.792	1.792	1.637	1.637
Fornecedores	(3.974)	(3.974)	(1.009)	(1.009)
Obrigações com arrendamentos	(4.997)	(4.997)	(4.732)	(4.732)
Outras contas a pagar	(77)	(77)	(307)	(307)
Total	5.705	5.705	4.096	4.096

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

17 Imposto de renda e contribuição social correntes

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda - corrente	(707)	(410)
Contribuição social - corrente	(331)	(209)
Total	(1.038)	(619)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	20.454	18.494
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%	8%
Lucro presumido	1.636	1.480
Outras receitas não operacionais	1.285	444
Alíquota vigente	15%	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10 %	10 %
Imposto de renda corrente	(707)	(410)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	2.454	2.219
Outras receitas não operacionais	1.285	444
Alíquota vigente	9 %	9 %
Contribuição social corrente	(331)	(209)
Alíquota efetiva (%)	(10,0%)	(5,5%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	178	145
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.038	619
Impostos pagos sobre o lucro	(838)	(559)
Compensações no exercício	(198)	(27)
Saldos finais	180	178

18 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não possuía contingências classificadas como perda provável e possível.

19 Eventos subsequentes

Em 06 de janeiro de 2026, os acionistas da Companhia celebraram em AGE uma redução de capital no montante de R\$6.000, com efeito caixa no dia 13 de março de 2026.
